

Sarney garante que o salário real será mantido

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reafirmou ontem aos sindicalistas que reuniu na Granja do Torto sua promessa de manter o salário real dos trabalhadores. Segundo o Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Netto, a afirmação foi feita em meio ao pronunciamento do Presidente do Dieese, Joel de Oliveira, que lhe cobrara o cumprimento desse compromisso.

O Presidente chegou à Granja do Torto às 7h55m, acompanhado do Procurador Geral da República, Saulo Ramos, de seu secretário particular, Jorge Murad, e do Assessor para Assuntos Internacionais, Rubem Ricupero. Os representantes sindicais e do Dieese já davam entrevistas na entrada da Granja, marcando bem suas posições. O Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, dizia que a entidade está fora de qualquer possível Pacto Social. E o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, afirmava que sua expectativa era muito grande. Disse que esperava ouvir de Sarney respostas às 19 reivindicações encaminhadas anteriormente e foi menos veemente do que seu colega da CUT. — Não viemos aqui só para falar. Queremos ouvir também. Há muitas interrogações neste País. O que será feito, por exemplo, com a especulação financeira? O que acontecerá com a reforma agrária? — perguntou Joaquinão.

Indagado sobre a possibilidade de a CGT aderir à convocação de uma greve geral, caso as questões colocadas não recebessem respostas satisfatórias, afirmou: "As bases é que avaliarão isso".

Iniciada a reunião, os sindicalistas colocaram para o Presidente Sarney seus pontos de vista. E foi durante a exposição de Joel de Oliveira, do Dieese, que mais uma vez o Presidente interveio para contestar os dados que indicam elevação do nível de desemprego no País. Porém, o Diretor Técnico do Dieese, Walter Barelli, insistiu em que o desemprego no mercado de autônomos está aumentando, o que considera um indicador de recessão.

Barelli afirmou que a queda de 15,8 por cento sobre o salário real de janeiro último, calculada pelo Dieese, demonstra que o gatilho salarial de 20 por cento já não é mais

Governo acha que salário-mínimo de CZ\$ 7.900 aumentaria desemprego

BRASÍLIA — Um dos 19 pontos pelos quais se batem os líderes sindicais — salário mínimo com base nos cálculos do Dieese, que equivaleria hoje a CZ\$ 7.900,00 — não será atendido devido à total impossibilidade econômica do País, de acordo com o Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Netto.

Frota lembra que durante o Governo Médici foi criado o Funrural que, a primeira vista, deveria proteger o trabalhador no campo. E ocorreu justamente o inverso. Para não onerar mais suas folhas de pagamentos, os proprietários rurais começaram a demitir os trabalhadores, fazendo surgir uma categoria marginalizada: os bóias-frias.

Um súbito aumento do salário mínimo teria efeito semelhante. Frota Netto observou ontem, durante a reunião do Presidente José Sarney com os representantes sindicais, que este nível salarial só causaria mais desemprego no País, pois seria a primeira fonte de despesas cortada pelos empresários.

Os trabalhadores reivindicam dois pontos que o Governo espera atender, mesmo que parcialmente, além do compromisso do Presidente José Sarney de manter "os canais abertos com os trabalhadores". O primeiro, que não está expresso na pauta unitária dos sindicalistas mas é um



Sarney e os sindicalistas interrompem a reunião e se dirigem à casa da Granja do Torto, onde almoçaram feijoada

suficiente para manter o nível de compra do trabalhador.

O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (Contcop), José Alceu Portocarrero, por sua vez, considerou a reunião útil, mas questionou a postura do Governo federal durante a greve geral organizada ano passado pela CUT e a CGT.

— O Governo se preocupou muito em saber se a greve era total ou parcial, mas deveria ter se empenhado em saber quais eram as razões do movimento — afirmou.

Segundo Frota Netto, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais, Aloysio Ribeiro, foi o primeiro a defender a continuação das conversações para o Pacto Social. Manifestou também desejo de que a conversa de ontem levasse a uma abertura de diálogo direto entre os sindicalistas e os Ministros. Em uma das mais longas exposições, Aloysio afirmou que "há futuro no Brasil para um partido socialista".

Mas foram a CUT — adotando uma linha mais agressiva e de confronto com o Governo — e a CGT — disposta a ouvir e "juntar pedras para ajudar na construção do Brasil",

como disse Joaquinão — que deram a tônica da reunião.

Antes de iniciar a conversa com Sarney, Meneghelli já demonstrava sua posição, reafirmada diante do Presidente.

— Nós queremos informações concretas. Não tenho nenhuma ilusão com esse encontro, pois conversa não resolve o problema dos trabalhadores. E o pacote anunciado pelo Ministro Funaro (da Fazenda) à banca da PMDB é sintomático. Ele está na contramão do interesse dos trabalhadores. Só vai beneficiar meia dúzia de interessados. Portanto, nossa presença aqui não pretende avaliar este pacote. Nosso objetivo é denunciar esta política. Não vejo sentido o Governo nos chamar aqui e depois de divulgar o seu plano de metas.

O líder sindical voltou a criticar as medidas anunciadas, que "só beneficiarão banqueiros, produtores agrícolas e empresários da construção civil", e fez alguns reparos sobre a moratória da dívida brasileira: "O Brasil só deixou de pagar juros tecnicamente porque faliu tecnicamente", explicou.

Durante a reunião com Sarney, Meneghelli — o oitavo líder sindical a falar — repassou essas questões. Disse que teria centenas de questões para colocar, "desde o salário até a

fome no Brasil", mas começou apresentando uma pauta de reivindicações feita de comum acordo com técnicos das Centrais sindicais e Confederações. Em seguida, passou ao ponto de vista exclusivo da CUT, afirmando que no Brasil existem duas constituições: "Na primeira, todos são inocentes até prova em contrário; na segunda, a CUT é culpada até prova em contrário", disse ele.

Já o Presidente da CGT, Joaquinão, mantendo sua habitual linha de moderação, expôs ao Presidente as reivindicações comuns acertadas entre os trabalhadores e afirmou:

— Não vim aqui para atirar pedras, mas para juntar pedras pela construção de um Brasil melhor.

Também participaram do encontro o Presidente da União Sindical Independente (USI), Antônio Pereira Magaldi, e representantes das Confederações dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, Comunicação e Publicidade, Alceu Portocarrero, em Empresas de Crédito, Wilson Gomes de Moura, na Indústria, José Calixto, nos Transportes Terrestres, Orlando Coutinho, em Educação, Miguel Abrahão Neto, no Comércio, Antônio Alves de Almeida, e de Profissões Liberais, José Augusto Carvalho.

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

- 1 — Reajuste geral dos salários para garantir a reposição das perdas a partir da última data-base anterior ao Plano Cruzado.
- 2 — Reajuste mensal para os salários, pensões e aposentadorias com base na inflação real.
- 3 — Reajuste dos proventos de aposentados e pensionistas, de forma a recuperar o nível de 1979, garantindo vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo vigente.
- 4 — Estabelecimento de um índice real nacional da inflação, elaborado com a participação do Dieese.
- 5 — Salário mínimo real, de acordo com os cálculos do Dieese.
- 6 — Congelamento real dos preços de gêneros de primeira necessidade e tarifas públicas, com tabelamento dos aluguéis e garantia de abastecimento.
- 7 — Reforma Agrária com a participação e sob controle dos trabalhadores.
- 8 — Preservação das empresas estatais, contra a privatização e as distorções.
- 9 — Fim da especulação financeira.
- 10 — Fim imediato da sangria provocada pela dívida externa.

SOCIAIS

- 1 — Garantia e estabilidade no emprego.
- 2 — Jornada máxima de trabalho de 40 horas.
- 3 — Ensino em todos os níveis e saúde pública gratuita para todos. Imediata adoção de políticas para a educação, saúde, habitação e previdência social voltadas para as necessidades da maioria da população.
- 4 — Fim da locação de mão-de-obra e do trabalho temporário, com contratação direta de todos os trabalhadores (revogação da Lei 6019/73).
- 5 — Manutenção das aposentadorias por tempo de serviço, independente do limite de idade.

POLÍTICAS

- 1 — Liberdade e autonomia sindical.
- 2 — Fim da Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, decretos-leis e medidas de emergência.
- 3 — Acesso do movimento sindical, de forma gratuita, aos meios de comunicação de massa durante o funcionamento da Assembléia Constituinte.
- 4 — Extinção dos processos instaurados contra sindicalistas com base na Lei 4330 e demais mecanismos de punição a grevistas.